



## ATA DA DUCENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAD/CONAB

Aos vinte e nove dias do mês de julho de dois mil e quatorze, às 9:30h, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do artigo 16, inciso 11 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto A, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, com a presença do senhor **José Gerardo Fontelles**, Presidente, dos senhores **Rubens Rodrigues dos Santos**, **André de Oliveira Bucar**, **Caio Tibério Dornelles da Rocha** e **Sávio Rafael Pereira**, Conselheiros, e, **Elenice Lobo Santos Ribeiro**, Chefe de Gabinete, teve início a ducentésima quinquagésima segunda (252ª) reunião ordinária do Conselho de Administração da Conab. Também presente, a Sra. Eugênia Maria Rocha de Oliveira, Chefe-substituta da Auditoria Interna, e o Gerente de Desenvolvimento Técnico Operacional - Gedop, Sr. Marcelo Henrique Coelho. Dando início a reunião o Presidente informou a existência de dois assuntos estratégicos a ser apresentado: a) PDV 2014; b) Reestruturação. a) **PDV** - Convidada a Assessora da Presidência, Cláudia Milleo, para apresentar ao Colegiado o Plano de Desligamento Voluntário – PDV 2014. O Presidente solicitou adoção de providências, no sentido de instruir processo, devendo a documentação ser autuada na sequencia dos eventos. O assunto foi debatido entre os Conselheiros e estes aprovaram o encaminhamento da proposta ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para apreciação do Excelentíssimo Senhor Ministro e posterior envio ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas - DEST. O Conselheiro André Bucar expressou ser importante destacar que foram realizadas todas as reuniões necessárias, inclusive de apresentação e discussão prévia da proposta junto ao DEST. Acertaram toda proposta e que o processo já vai iniciar bem formado. O Conselheiro Rubens Rodrigues solicitou aos demais membros todo apoio, visando viabilizar a implantação do PDV, ainda neste exercício, que é de suma importância para Conab. O Presidente José Gerardo Fontelles reafirmou a solicitação de organizar o processo e, esperam que a adesão seja superior ao número estimado, para que a Companhia possa renovar seu quadro de pessoal e atender, assim, os requisitos de suas atribuições. Lembrou ainda, a necessidade de fazer provisão, informando o quanto de recursos serão necessários para os exercícios de 2015/2016, para recomposição do quadro de pessoal da Companhia. A Sra Cláudia informou que no orçamento foi indicado o valor de R\$ 128 milhões para o exercício de 2015 e que o Tesouro aprova somente depois da aprovação do DEST, quando então, ocorrerá a negociação com àquele órgão. Encerrado a apresentação, o Presidente do Conad agradeceu a presença e os esclarecimentos prestados. b) **Reestruturação**. Convidado o Superintendente de Acompanhamento das Regionais, Sr. Luiz Antônio de Castro, para apresentar as propostas de reestruturação da Matriz e das Superintendências Regionais. O Presidente José Gerardo Fontelles solicitou adoção de providências no sentido de que o processo seja, também, instruído adequadamente, devendo a documentação ser autuada na sequencia dos eventos necessários para tomada de decisão. Considerou ainda, o registro em ata da Diretoria Colegiada a não concordância do Diretor de Política Agrícola e Informações, João Marcelo Intini, com relação à aprovação em Redir, da proposta para as Superintendências Regionais, quando este Diretor não estava presente à reunião. O Conselheiro André Bucar acrescentou que, o registro do Diretor da Dipai foi motivado pelo



fato de que àquela Diretoria apresentou sugestões e que, o grupo de trabalho, contemplou apenas parte delas. Registrou ainda que a discordância da Dipai causa espécie uma vez que parte significativa das mudanças apresentadas na proposta de reestruturação encaminhada está em unidades daquela Diretoria e em unidades das Superintendências que estão sob a sua supervisão técnica, como a criação de setores específicos para execução do PAA. Pela importância, a proposta pode merecer nova análise da Redir. Dando início a apresentação o Sr. Luiz Antônio de Castro informou, primeiramente, de que haverá aumento de despesas e que a matéria, após deliberação do Conab deverá ser submetida ao DEST. O impacto financeiro mensal será de R\$ 272.209,84, o que representa 0,89% da folha de pagamentos da Companhia, considerando o pacote como um todo. Informou ainda que os trabalhos foram divididos em três blocos, um para tratar da estrutura organizacional das Regionais, outro da Matriz e o último para a reorganização das atividades de fiscalização. Esclareceu que os critérios utilizados para a classificação das Suregs se basearam no volume das operações executadas em cada Regional, considerando vinte programas e serviços executados pela Companhia, com a adoção de variáveis e ponderações que representassem o esforço e a responsabilidade das ações realizadas no período de 2010 a 2012. Ressaltou que atualmente não temos uma padronização na execução das atividades nas Suregs, sendo que um dos objetivos é organizar melhor a realização destas atividades, com a definição clara das atribuições e responsabilidades de cada Gerência ou Setor. Um ponto que foi bastante debatido é a existência de muitos apontamentos de órgãos de controle, em relação à necessidade de segregar as funções nas Regionais. Esta proposta resolve esta questão com a criação de um setor específico para a execução do PAA, deixando uma Gerência especificamente para a execução de todos os programas operacionais da Conab e em outra Gerência a realização das atividades de controle e acompanhamento das operações, sobretudo àquelas relativas ao PAA. Salientou ainda a criação de uma Coordenadoria Regional, em substituição ao cargo de Assistente, que vai incorporar atribuições relativas à conformidade normativa e controle interno, além da centralização do atendimento dos Órgãos de Controle Interno e Externo e ainda a responsabilidade pela geração de informações gerenciais e estratégicas para a alta administração da Companhia. Resumindo, informou que foram criados 32 setores para atender o PAA e para a segregação de funções de controle e acompanhamento das operações e a transformação de uma Assistência Regional em Coordenadoria Regional com o acréscimo de atribuições voltadas ao controle interno e a produção de informações gerenciais. Registrou ainda que, se olharmos por região geográfica, todas tiveram acréscimo da estrutura atual visando oferecer melhores condições para a execução das atuais atividades e criando as condições necessárias para o crescimento e a melhoria dos serviços. Finalizando o primeiro bloco informou que o processo foi amplamente discutido com representantes das Superintendências Regionais e da Matriz e que todas as sugestões e críticas foram analisadas e, em grande número, incorporadas ao trabalho, considerando a relevância, pertinência e materialidade. Passando para os ajustes da estrutura da Matriz informou que o trabalho teve como objetivos principais à desoneração da Presidência, que conta atualmente com um grande número de unidades vinculadas, a distribuição mais equitativa das unidades e atribuições entre as quatro Diretorias e ainda a criação de áreas para o desenvolvimento de assuntos relevantes e urgentes para a Companhia e que hoje não recebem a devida atenção e foco em razão da concorrência com questões do dia a dia que prejudicam o seu encaminhamento. A proposta se resume em: a) reorganização das atividades das Assessorias da Presidência e do Gabinete, com a criação



de uma Assessoria para Assuntos Internacionais, criação de uma Assessoria Parlamentar e a criação de uma Assessoria de Planejamento e Governança. Não há acréscimo de funções gratificadas de assessores, apenas o remanejamento e a redistribuição dos atuais ocupantes; b) transferência da Superintendência de Organização e Estratégia da Presidência para a Diretoria de Gestão de Pessoas, Processos e Controle - Dipec, sendo que a Gerência de Planejamento Estratégico passou a ser a Assessoria de Planejamento e Governança e a criação, nesta nova Superintendência, de duas Gerências, uma para a gestão de processos e outra para a avaliação de desempenho de unidades orgânicas; c) transferência da Superintendência de Controladoria e Riscos da Presidência para a Dipec; d) criação da Superintendência de Engenharia, com duas Gerências, uma para a elaboração de projetos e outra para a fiscalização e acompanhamento de obras; e) criação de uma Gerência para a gestão do programa REFAP, considerando a manifestação do MDS quanto ao fortalecimento do programa e a alocação de novos recursos; f) ampliação das atribuições e competências da atual Diretoria de Gestão de Pessoas com a incorporação das novas unidades; g) junção das Gerências de Execução Orçamentária e Execução Financeira, que ensejou a manifestação da área de controladoria e riscos alertando quanto ao não atendimento do princípio da segregação de funções. Instado a se manifestar o Superintendente responsável pela atividade discordou desta manifestação entendendo que não há prejuízo neste sentido e que a principal atividade representada pela liquidação dos compromissos está em outra Gerência e que isso preserva o princípio da segregação de funções. Em função deste entendimento divergente, o Conad recomendou que a Suofi proceda à atualização das atribuições regimentais das áreas responsáveis pelo empenho, liquidação e pagamento de obrigações, de forma a atender ao posicionamento da Sucor. Em relação à área de fiscalização, a proposta visa inicialmente atender às recomendações do TCU e da CGU que sugerem a segregação da atividade fiscalização e a criação da função gratificada para o profissional responsável pela atividade. Isso possibilita maior profissionalização e capacitação do quadro de fiscais e dá maior autonomia para o gestor da atividade. Essa proposta trabalha com a lógica de três agentes no processo de realização de um programa governamental: o responsável pela execução, o responsável pelas atividades de controle e acompanhamento da execução e o responsável pela fiscalização, sendo três momentos distintos que exigem a segregação de funções. Assim a proposta é pela descentralização de parte da atividade de fiscalização, com um grupo de fiscais em cada Regional, sendo que estes fiscais ficarão subordinados, tecnicamente, à área de fiscalização da Matriz e, administrativamente, a Superintendência Regional. Ao todo serão 134 fiscais e seis Coordenadores de Equipes nas Regionais. Ainda em relação à reestruturação da Matriz, criação de uma Superintendência de Engenharia, o Conselheiro André Bucar perguntou se entre outras atividades, a nova área também acompanhará/fiscalizará o projeto junto ao Banco do Brasil, no Plano Nacional de Armazenagem. Indagou se a Companhia possui, no seu quadro de pessoal, engenheiro suficiente para montar uma estrutura de Superintendência, uma vez que observou em diversas atas da Redir, contratação de empresa para execução de serviços de engenharia. O Conselheiro Rubens Rodrigues esclareceu que na atual estrutura da Matriz existem duas áreas distintas, com esta atribuição, sendo uma na área administrativa para cuidar da Matriz e das Sedes das Regionais (patrimônio) e a outra na Diretoria de Operações e Abastecimento que trata das unidades armazenadoras. Esclarecendo, o Sr. Luiz Castro informou existir engenheiros em nossas Superintendências Regionais além daqueles lotados na Matriz e que, futuramente,



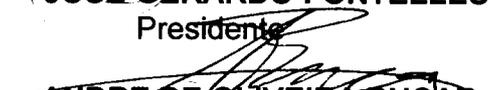
pode, através de concurso, efetuar novas contratações. O senhor André Bucar expressou ser necessário discutir se a Companhia tem como objetivo, também, passar a ser executora desses serviços ou apenas formar um quadro qualificado de empregados que irá gerenciar e acompanhar os contratos. O Conselheiro também levantou necessidade de maior discussão e esclarecimentos sobre a vinculação da Superintendência de Controle e Riscos à Diretoria de Gestão de Pessoas. Ponderou que, da forma como foi apresentada a proposta, o que se pretende parece ser a constituição de uma Diretoria voltada à Gestão Estratégica, responsável por desenvolvimento organizacional e de pessoal, controle e que, operacionalmente, também ficará responsável por gerenciar a folha de pagamento. Após a explanação o Conselho entendeu ser necessário maior aprofundamento por parte de seus membros no entendimento da proposta e que as considerações do Conselho seriam trazidas na próxima reunião ordinária, ficando o grupo responsável pelos estudos, à disposição dos membros para maiores esclarecimentos sobre a matéria. Finda a discussão, o Presidente agradeceu a explanação e, deu prosseguimento aos assuntos pautados.

**1) Acompanhamento dos atos da Administração e Controle. 1.1) Exame das atas das reuniões da Diretoria Colegiada, destacando os assuntos mais relevantes, com comentários.** Atas nºs 1143ª à 1150ª. Não existe ponto relevante a serem destacados. **1.2) Exame das atas das reuniões do Conselho Fiscal, destacando os assuntos mais relevantes, com comentários:** Ata da 226ª reunião ordinária. Não existe ponto relevante a serem destacados. **2) Fiscalização da gestão da Diretoria Executiva (Informações da Auditoria Interna e outros órgãos). 2.1) CI Suorg nº 041/2014 – Relatório Sintético das Atividades da Conab, mês de maio/2014.** Após leitura não existe ponto relevante a serem destacados. **2.2) e 2.3) Revisão da Estrutura Organizacional da Conab – Quadro Comparativo das mudanças no Regimento Interno – Novo Organograma e, Readequação da Estrutura das Suregs, respectivamente.** O assunto foi apresentado pelo Superintendente de Acompanhamento das Regionais, constante dos assuntos estratégicos, letra “b”, do início desta ata. **2.4) Processo 21200.001376/2014-69 – Plano de Desligamento Voluntário Incentivado – PDV 2014.** Apresentação efetuada pela Assessora Claudia Milleo, letra “a” dos assuntos estratégicos tratado no início desta ata. **3) Acompanhamento da execução da orientação geral dos negócios da empresa.** Nada consta. **4) Acompanhamento de contratos e convênios celebrados ou vias de celebração pela empresa.** Nada consta. **5) Acompanhamento da execução orçamentária e investimentos da empresa.** Nada consta. **6) Outras Atividades. Acompanhamento e controle das pendências, inclusive quanto a recomendações de órgãos de fiscalização e controle.** a) Unidade Armazenadora de Uberlândia; b) Armazém Renascença; c) Empresa SPA; d) Plano de Armazenagem. Em relação à Unidade Armazenadora de Uberlândia o Conselheiro Rubens Rodrigues informou que recebeu ligação do Vice Presidente do Banco do Brasil, Sr. Osmar Dias, informando que a Kepler Weber havia procurado no sentido de fazer um acordo com a Conab. A posição da Conab é de que o acordo tem que ser realizado com o Consorcio. O Conselheiro Sávio Rafael Pereira se manifestou em relação ao item “d”, relatório sobre a situação das Unidades de Armazenagem, expressando que o setor privado esta profundamente ativo e com muito interesse, principalmente quando se refere a área de expansão de fronteiras, a conotação é muito diferente do passado. Quando se fala em MATOPIBA, Tocantins, Maranhão, Piauí, estas são áreas de grandes produtores. Este relatório apresenta as situações de cada uma dessas Unidades, tais como: qual a finalidade; qual operação e se é alienável ou não. Dúvidas surgiram no âmbito do Ministério se algumas

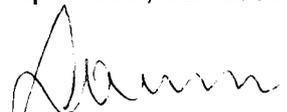


Unidades, que estão colocadas como “possivelmente operacionais”, que entendem não ter condições de recuperação por se tratar de Unidades muito velhas, como Sorriso e Sinop/MT e que deveriam ter sido alienadas há muito tempo. A idéia é que se faça uma avaliação com mais cuidado, para uma aceleração do processo de alienação e que não se vêem sentido para estas Unidades estarem, ainda, sob administração do Governo Federal. Convidado a participar da reunião o Sr. Enos Barbosa, engenheiro da Conab que esta acompanhando o contrato Conab - Banco do Brasil. Este informou que nesta semana, foi assinado contrato com a empresa que irá elaborar os 10 projetos novos, assinado no dia 07/07, sendo que o início será a partir de 1/8/2014. Duas empresas ganharam os projetos de 3 lotes, das 80 unidades existentes. O primeiro serviço a ser elaborado por essas empresas é o estudo preliminar, com a finalidade de avaliar a situação momentânea dessas Unidades com o objetivo de verificar se podem ou não receber os investimentos, mesmo estando no rol das 80 unidades definidas inicialmente. De posse dessas informações a decisão será superior. Estes serviços, também, terão início em 01/08/2014. A primeira empresa contratada, especializada em elaboração de EVTAs, para os novos armazéns, está em fase final. Quanto aos demais itens não ocorreram evolução nos processos. **8) Extra Pauta.** Nada consta. E nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Elenice Lobo Santos Ribeiro, Chefe do Gabinete da Presidência, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes.

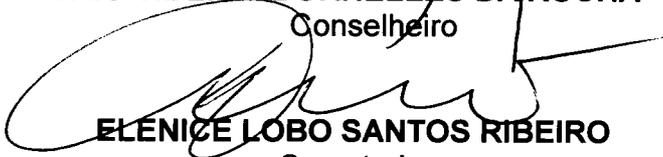
  
**JOSÉ GERARDO FONTELLES**  
Presidente

  
**ANDRÉ DE OLIVEIRA BUCAR**  
Conselheiro

  
**SÁVIO RAFAEL PEREIRA**  
Conselheiro

  
**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheiro

  
**CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA**  
Conselheiro

  
**ELENICE LOBO SANTOS RIBEIRO**  
Secretaria